

Ensino de História e Educação de Surdos: considerações sobre o estado da arte

History Teaching and Deaf Education: Considerations on the State of the Art

Aaron Sena Cerqueira Reis*

Joilson Pereira da Silva**

RESUMO

Neste artigo, refletimos sobre as relações entre o Ensino de História e a Educação de Surdos, em uma tentativa de mapear o estado da arte. Por meio de um estudo de revisão de literatura, consultamos o *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES*, a *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* e o *Google Acadêmico*, plataformas de busca de trabalhos científicos com acesso livre. Em cada base, realizamos o cruzamento dos descritores “ensino”, “história” e “surdez” ou “surdo” sob o uso do operador booleano “AND”. Desse modo, identificamos onze (11) dissertações cujos focos recaíam sobre o Ensino de História e os Estudos Surdos. Os textos foram classificados em três categorias que, em linhas gerais, evidenciaram dificuldades relacionadas a formação inicial e continuada de professores, bem como o desconhecimento da cultura surda para um ensino de História inclusivo.

Palavras-chave: Ensino de História; Educação de Surdos; Inclusão.

ABSTRACT

In this article, we reflect on the relationship between History Teaching and Deaf Education, in an attempt to map the state of the art. Through a literature review study, we consulted the *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES*, the *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* and the *Google Scholar*, platforms for searching scientific works with open access. In each database, we crossed the descriptors “teaching”, “history” and “deafness” or “deaf” using the Boolean operator “AND”. Thus, we identified eleven (11) dissertations whose focus was on the History Teaching and Deaf Studies. The texts were classified into three categories that, in general, showed difficulties related to the initial and continuing teacher training, as well as the lack of knowledge about deaf culture for an inclusive teaching of History.

Keywords: History Teaching; Deaf Education; Inclusion.

* Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil. aaron_sena@hotmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-8970-4941>>

** Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, SE, Brasil. joilsonp@hotmail.com <<https://orcid.org/0000-0001-9149-3020>>

Entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, o Ensino de História consolidou-se como um importante campo de pesquisa, sobretudo por influência da escola dos Annales, movimento historiográfico que promoveu um diálogo com outras disciplinas científicas e ampliou as concepções de fonte e de objeto de estudo. Além dos debates em torno das reformulações curriculares em voga, assistiu-se à valorização e incorporação de estudantes e professores como sujeitos da constituição da História disciplinar (BITTENCOURT, 2011).

Apesar disso, uma contradição era flagrada: enquanto a História acadêmica buscava conceder voz àqueles que, até então, eram excluídos, a História ensinada não se preparava para atender àqueles que necessitavam de práticas educacionais especializadas (VERRI; ALEGRO, 2006). Ao abandonar temas tradicionais, voltando-se para o âmbito cultural, a História científica possibilitou a valorização dos povos surdos em diferentes períodos e comunidades, porém, o mesmo não ocorreu com a História escolar, que continuava a invisibilizar os surdos dentro das salas de aula (STROBEL, 2016).

Atualmente, sob o enfoque dos processos de aprendizagem e construção da consciência histórica, as pesquisas em Ensino de História têm conferido respaldo às concepções e narrativas de estudantes e professores (REIS; SILVA, 2021; PACIEVITCH; PEREIRA, 2021; CERRI; PENNA, 2020; PINA; SILVA, 2017), bem como problematizado as representações das populações negra, indígena e LGBTQIAP+ em livros e materiais didáticos de História (SOUZA; SIMAN, 2017; SILVA, 2012; SILVA, 2016). Atentos à diversidade, pesquisadores e professores têm enfatizado a necessidade de aprender História com sentido para a vida.

Apesar disso, raras são as iniciativas que têm como objeto a população surda, seja no sentido de compreender suas narrativas históricas (VERRI; ALEGRO, 2006), seja no sentido de valorizar suas representações em livros didáticos – ainda desconhecidas. Evidenciar o surdo nas aulas de História representa a possibilidade de conhecer um outro tipo de *memória histórica*, elemento universalmente humano que, enraizado na historicidade da própria vida, denota um conjunto de ações ou intenções no tempo. Conhecê-la é tarefa de pesquisadores/as e professores/as compromissados com a formação da *consciência histórica* do estudante surdo. Desse modo, torna-se possível contribuir com esse fenômeno cognitivo capaz de moldar o “mundo da vida hu-

mana” e prover o “eu” com “continuidade e consistência” em uma relação cultural com seu grupo (RÜSEN, 2009).

A escassez de estudos sobre a Educação de Surdos no campo do Ensino de História decorre, possivelmente, de uma cultura oralista, a qual dificulta a compreensão de uma série de aspectos fundamentais da cultura surda a partir da diferença. Elementos como identidades, línguas, projetos educacionais, história, arte e comunidades, afirma-nos Skliar (2013), compõem um programa de pesquisas em educação conhecido como Estudos Surdos. Valorizá-los faz parte de um movimento de reconhecimento político e de luta contra a colonização do currículo que nos impõe “pré-requisitos orais para um hipotético progresso na escolarização” (SKLIAR, 2013, p. 18).

Diante desse cenário, precisamos evidenciar o direito do surdo ao conhecimento histórico, bem como o dever da História em elegê-lo como sujeito de estudo e ensino. Sob este aspecto, buscaremos refletir sobre as relações entre o Ensino de História e a Educação de Surdos, em uma tentativa de mapear o estado da arte. Considerando a existência de trabalhos acadêmicos que articulam o Ensino de História aos Estudos Surdos, quais seriam as principais tendências de abordagem? Nesse sentido, realizamos uma revisão de literatura a partir de buscas por dissertações em plataformas de acesso livre. Esperamos que esta análise possa evidenciar caminhos para um importante diálogo.

UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

No Brasil, a educação de surdos possui uma trajetória relativamente recente, sendo marcada pela fundação, em 1857, do *Instituto de Surdos Mudos do Rio de Janeiro*, hoje *Instituto Nacional de Educação dos Surdos* (INES). Apesar disso, nem sempre as propostas educacionais para este público foram as mais adequadas, sobretudo por conta de uma cultura predominantemente oralista que colocava a fala como uma linguagem superior aos sinais. Exemplo dessa visão equivocada pode ser encontrado no *II Congresso Mundial de Surdos-Mudos* ocorrido em Milão, na Itália, em 1880, em que o oralismo foi definido como a melhor forma de educar os surdos (HONORA, 2014).

Com uma abordagem clínico-terapêutica, o oralismo constituiu-se como uma proposta fundamentada na ideia de “recuperação” da pessoa surda, considerada, nessa perspectiva, como “deficiente auditiva”. Baseado na oralização

do surdo por meio da leitura labial, esse método mostrou-se ineficaz, tendo em vista a impossibilidade de aquisição natural da língua falada por esses sujeitos. Ainda assim, uma proposta intermediária foi aventada, tratou-se do bilinguismo. Inspirado na filosofia da comunicação total e caracterizado pelo uso simultâneo de sinais e da fala, esse sistema artificial, também conhecido como “português sinalizado”, enfrenta resistência devido à incapacidade humana em executar duas estruturas linguísticas diferentes ao mesmo tempo (QUADROS, 2008).

A despeito do emprego do oralismo e do bilinguismo nas escolas brasileiras, atualmente já se vislumbra um período de transição que, baseado na abordagem dos estudos socioantropológicos, aponta para propostas educacionais bilíngues. O bilinguismo é, portanto, um movimento de valorização da Língua Brasileira de Sinais, a Libras, que visa “tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar” (QUADROS, 2008, p. 27). Essa proposta – só recentemente prevista pela Lei nº 14.191/2021 – assegura o direito do surdo em adquirir conhecimento a partir de sua linguagem natural, isto é, aquela que pode ser apreendida de maneira espontânea, a língua de sinais – assim como já ocorre com os estudantes ouvintes, cujos processos educativos se fazem por meio da língua falada.

Vale ressaltar que, dentro das práticas metodológicas dos Estudos Surdos, o bilinguismo busca fugir daquilo que Skliar (2013, p. 30) chama de “representações dominantes, hegemônicas e ‘ouvintistas’ sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e o surdo”. Nesse sentido, uma educação bilíngue deve estar coadunada a uma educação bicultural. A partir desse modelo, reconhece-se o direito do surdo de participar de uma comunidade mais ampla, na qual ele é identificado não apenas pelo aspecto da surdez, mas também por outras questões relacionadas a raça, etnia e gênero, por exemplo (SKLIAR, 2013).

No Ensino de História, o bilinguismo e o biculturalismo podem ser associados a uma abordagem teórica que valoriza a História como ciência e, desse modo, reconhece a condição humana dos mais diferentes sujeitos, proporcionando a intermediação entre as diferentes formas de pensar – sejam elas relacionadas à tradição científica ocidental ou não, sejam elas relacionadas à cultura oral ou não. Com base nessa teoria, o conhecimento histórico torna as

diversas formas de vida inteligíveis e exige, para isso, um “reconhecimento mútuo da diferença cultural” (RÜSEN, 2015 p. 273).

A mudança na abordagem da educação de surdos favoreceu a promulgação de leis e decretos que garantiram o acesso e a ampliação no número de matrículas desses estudantes na escola regular em nosso país (ALVES; CAMARGO, 2014). A Lei nº 10.436/2002, por exemplo, reconheceu a Libras como “forma de comunicação e expressão [...] com estrutura gramatical própria”, sendo, portanto, “um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos” (BRASIL, 2002). O Decreto Federal nº 5.626/2005, por sua vez, regulamentou a Lei de Libras e, entre outras providências, estabeleceu diretrizes para sua inclusão como disciplina curricular obrigatória nos cursos de ensino superior (BRASIL, 2005).

Em que pese a importância desses dispositivos legais para garantia e manutenção dos direitos sociais da comunidade surda, é preciso salientar os obstáculos que foram gerados. Sem formação especializada para o atendimento do aluno surdo, professores e gestores são impelidos a criar estratégias que, muitas vezes, mais do que garantir a inclusão, propiciam, tão somente, sua integração (ALVES; CAMARGO, 2014). Ações efetivas em prol da inclusão dos surdos são poucas e, em geral, partem de iniciativas individuais – profissionais da educação que, em sua maioria, não contam com apoio da escola ou rede de ensino em que atuam (SANTOS, 2018).

Temos, portanto, uma situação em que o processo educacional do surdo se restringe, lamentavelmente, a sua “normalização”, isto é, a um conjunto de “políticas oficiais de integração escolar [que] resultam, na maioria das vezes, em práticas quase permanentes de segregação total ou parcial” (MENDES, 2006, p. 391). Uma proposta de educação inclusiva, ao contrário, demandaria da escola não apenas uma filosofia calcada no respeito mútuo às diferenças, mas também uma série de condições que, nem sempre, são atendidas, a saber: o acesso à comunicação; a promoção de uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes; uma equipe de profissionais que dispõe de tempo para organização de atividades direcionadas aos alunos surdos; a participação de membros da comunidade surda na escola (LACERDA, 2006).

Mesmo que parte dessas condições seja satisfeita, é necessário entender que não basta inserir o estudante surdo ao modelo de escola atualmente proposto. Para Lacerda (2006), a tendência é ocorrer uma inclusão “pouco res-

ponsável” em que, inicialmente, discute-se as características da criança, mas, posteriormente, não há uma evolução do debate. Assim, o processo de inclusão torna-se muito restritivo, “oferecendo oportunidades reduzidas de desenvolvimento de uma série de aspectos fundamentais (linguísticos, sociais, afetivos, de identidade, entre outros) que se desenvolvem apoiados nas interações que se dão por meio da linguagem” (LACERDA, 2006, p. 181).

Conforme Lacerda (2006), o estudante surdo encontrará mais proveito em escolas cujas aulas sejam ministradas em sua língua, nas quais ele possa compartilhar de experiências comuns com professores e outros estudantes, ou seja, em espaços onde a diferença esteja presente. Essa é uma ideia que se aproxima das recomendações expressas pela Declaração de Salamanca (1994) – documento que se constitui como um marco para a educação inclusiva – porém, ainda é pouco praticada, tendo em vista as contradições observadas na realidade brasileira.

A *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (2008), por exemplo, evoca uma ideia de inclusão bastante superficial na medida em que desconsidera a condição singular do surdo, bem como as necessárias relações de conflito e estranhamento que sua cultura demanda a fim de proporcionar o “estar junto”, tal como pressupõe a referida política (LIMA, 2015). Já o Atendimento Educacional Especializado (AEE), cujas diretrizes (Resolução n. 4/2009) trazem a surdez na mesma categoria das deficiências, vem sendo realizado de maneira contrária a sua proposta. Ao invés de “complementar” o ensino oferecido nas classes regulares, tem, na verdade, “suprido” parte das dificuldades apresentadas pelos alunos surdos (SPERB; THOMA, 2012).

Frente a essas dificuldades, as quais nem sempre dão conta de desenvolver a comunicação dos estudantes surdos em sua linguagem natural, torna-se ainda mais desafiador pensar nos processos de ensino-aprendizagem de disciplinas específicas, tal como a História. Diante da evidente falta de investimentos em escolas ou classes especiais, professores/as e pesquisadores/as têm buscado “otimizar” as ações já desenvolvidas no contexto em que atuam, cabendo, por isso, uma reflexão sobre as condições em que o surdo é incluído (SANTOS, 2018). Vejamos, a seguir, o que dizem as produções científicas cujo foco recai sobre o Ensino de História e a Educação de Surdos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste estudo de revisão, partimos de um problema definido, a saber, a escassez de pesquisas sobre Educação de Surdos no campo do Ensino de História (LIMA; TEIXEIRA, 2014). Dessa forma, buscamos sumarizar um conjunto de referenciais capazes de nos informar sobre o estado em que se encontra essa área de investigação (HOHENDORFF, 2014). Entre os meses de abril e maio de 2022, consultamos o *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES* (disponível em: <catalogodeteses.capes.gov.br>), a *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (disponível em: <bdtd.ibict.br>) e o *Google Acadêmico* (disponível em: <scholar.google.com.br>), plataformas de busca de trabalhos científicos com acesso livre. Em cada base, realizamos o cruzamento dos descritores “ensino”, “história” e “surdez” ou “surdo” sob o uso do operador booleano “AND”. Embora não tenhamos localizado teses, selecionamos 11 dissertações cujas características são contempladas no Quadro 1.

Quadro 1 – Características das dissertações selecionadas

Ano / Título / Autoria	Instituição / Programa	Objetivo	Material decorrente
2015. <i>Cultura e educação Socio-comunitária: uma perspectiva para o ensino de história e surdez</i> . Alex Sandrelanio dos Santos Pereira.	Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL/PPGED.	Propor estratégia para o ensino de História para pessoa surda a partir da educação socio-comunitária.	Não houve.
2016. <i>Sinais do tempo: construção de significados de tempo histórico em Libras para alunos surdos em uma perspectiva de letramento em história</i> . Camilla Oliveira Mattos.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/ProfHistória.	Refletir acerca de como o tempo histórico é desenvolvido na linguagem sinalizada e como, desta maneira, é realizado o letramento histórico de alunos surdos.	Construção de sequências didáticas para a construção da concepção de tempo histórico.

continua

continuação

<p>2018. <i>Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas</i>. Paulo José Assumpção dos Santos.</p>	<p>Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ ProfHistória.</p>	<p>Pesquisar as práticas de ensino de História para alunos surdos incluídos em turmas regulares do Ensino Fundamental II.</p>	<p><i>Caderno de orientações e sugestões para o ensino de História em classes inclusivas com alunos surdos.</i></p>
<p>2018. <i>O ensino de história em uma escola bilíngue para surdos como ponto de partida para a descrição de um cenário</i>. Bianca Langhinrichs Cunha.</p>	<p>Universidade Federal do Rio Grande – FURG/ PPGH.</p>	<p>Descrever os processos de ensino de História para surdos em uma escola bilíngue.</p>	<p>Não houve.</p>
<p>2018. <i>Ensino para diferentes sujeitos: o acesso de alunos surdos às aulas de História</i>. Ernesto Padovani Netto.</p>	<p>Universidade Federal do Pará – UFPA/ ProfHistória.</p>	<p>Entender as necessidades educativas de estudantes surdos para a proposição de estratégias de ensino de História adequadas.</p>	<p>Construção de um canal no Youtube e de uma página no Facebook chamada “História em Libras”.</p>
<p>2018. <i>Ensino de História e estudantes surdos: concepções das professoras e intérpretes em duas escolas públicas de Criciúma</i>. Bruna Corrêa de Oliveira.</p>	<p>Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC/PPGE.</p>	<p>Compreender as concepções de professoras e intérpretes sobre o ensino de História para estudantes surdos/as em escolas da rede pública estadual.</p>	<p>Não houve.</p>
<p>2018. <i>Práticas pedagógicas do professor de história de ensino médio em turma regular com a presença de aluno surdo</i>. Heloisa Lima Perales.</p>	<p>Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/PPGED.</p>	<p>Entender as práticas pedagógicas de professor de história de ensino médio para aluno surdo.</p>	<p>Não houve.</p>

continua

continuação

<p>2019. <i>A história muda: o uso de imagens no ensino de história para surdos</i>. Paulo Eduardo de Mattos Stipp.</p>	<p>Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/ ProfHistória.</p>	<p>Propor a construção de sequências didáticas que aproximem o ensino de história a uma linguagem comum entre alunos surdos e ouvintes.</p>	<p>Confecção de 15 sequências didáticas.</p>
<p>2020. <i>Ensinando história para educandos surdos em uma escola inclusiva: um ensino possível</i>. Paulo Roberto Martins da Silva.</p>	<p>Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/ ProfHistória.</p>	<p>Contribuir com a construção de uma metodologia didática que favoreça o ensino de história para surdos em escolas inclusivas.</p>	<p>Material didático com conteúdo histórico adaptado.</p>
<p>2020. <i>Imagens, Ensino de História e Surdez: como a História é vista nas imagens históricas pelos surdos</i>. Tuanny Dantas Lameirão.</p>	<p>Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/ ProfHistória.</p>	<p>Refletir sobre o letramento histórico de estudantes surdos a partir da Pedagogia Visual.</p>	<p>Não houve.</p>
<p>2021. <i>Ensino de História para surdos: Porongos, vamos jogar?</i> Laionel Mattos da Silva.</p>	<p>Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/ ProfHistória.</p>	<p>Elaborar um jogo analógico bilingue como recurso pedagógico para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem da História Local.</p>	<p>Jogo de tabuleiro com temática relacionada à Guerra dos Farrapos.</p>

Fonte: Os autores.

Os dados apresentados no Quadro 1 revelam que as produções acadêmicas correspondentes ao tema em questão estão concentradas no período de 2015 a 2021. Embora os Estudos Surdos já despontassem como objeto de interesse do Ensino de História pelo menos desde o início dos anos 2000, quando monografias e artigos começaram a ser produzidos (SANTOS, 2018), somente a partir desse recorte é que notamos esforços para uma compreensão mais sistematizada acerca desse fenômeno. Neste estudo, consideramos apenas as dissertações, tendo em vista a ausência da produção de teses – o que

possivelmente ocorrerá nos próximos anos, pois parte dos pesquisadores elencados já estão matriculados em cursos de doutorado.

O escasso número de dissertações encontra-se distribuído nos seguintes Estados: Rio de Janeiro (4), São Paulo (2), Rio Grande do Sul (2), Rio Grande do Norte (1), Pará (1) e Santa Catarina (1). Tal produção está concentrada em instituições públicas federais (8), sobretudo em programas de mestrado profissional em História (7). As instituições que se destacam pelo número de produções são a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com duas (2) publicações cada.

Em linhas gerais, os trabalhos aqui reunidos caracterizam-se como estudos qualitativos, desenvolvidos a partir da observação participante com o fito de compreender as práticas de ensino de professores de História para surdos. As dissertações, sobretudo aquelas produzidas no âmbito do mestrado profissional, resultaram na construção de materiais pedagógicos inspirados nos aportes teóricos do Bilinguismo e da Pedagogia Visual, tais como: sequências didáticas (2), caderno de orientações para o professor (1), canal no Youtube e páginas na internet (1), jogo de tabuleiro (1), além de material didático adaptado (1). Os demais interessaram-se no desenvolvimento de pesquisa-ação (2) e estudo descritivo (3).

Para compreensão das realidades estudadas, as pesquisadoras e os pesquisadores lançaram mão de entrevistas e questionários, recursos muitas vezes combinados e aplicados a professoras e professores, intérpretes de Libras e a comunidade escolar (direção, familiares, líderes locais, estudantes surdos e ouvintes). Dos trabalhos elencados, as dissertações de Mattos (2016) e Silva (2021) não se apropriam desses instrumentos. Em ambos os casos, a autora e o autor limitam-se à construção de uma revisão bibliográfica que serve, no primeiro caso, como base teórica de sequências didáticas e, no segundo caso, da construção de um jogo de tabuleiro. Por sua vez, o trabalho de Stipp (2019) é o único a realizar testes, deste modo, o autor consegue tecer análises mais precisas acerca das sequências didáticas por ele construídas.

O QUE DIZEM AS DISSERTAÇÕES SOBRE ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO DE SURDOS?

De maneira geral, a motivação das autoras e autores das dissertações consultadas partia de suas respectivas experiências profissionais e/ou pes-

soais. Verificamos, portanto, a presença de docentes da disciplina de História que atuavam em turmas regulares inclusivas ou em turmas itinerantes do ensino básico; docentes da disciplina de Libras do ensino superior; tradutores/intérpretes de Libras; bem como professores que, no momento da produção acadêmica, dedicavam-se apenas ao mestrado.

Os trabalhos aqui elencados são analisados a partir de três categorias: a primeira delas chamaremos de *professores*, tendo em vista que o lócus do estudo empírico coincidiu com a instituição em que o pesquisador, ou a pesquisadora, estava vinculado profissionalmente; a segunda intitulamos de *observadores*, pois o lócus do estudo empírico diferia da instituição profissional dos autores; e, finalmente, na categoria *construtores de material didático* são reunidos estudos de revisão bibliográfica cuja finalidade foi respaldar a produção de materiais didáticos.

a) Professores

Nesta categoria, podem ser classificados os estudos realizados por Pereira (2015), Santos (2018), Padovani Netto (2018) e Stipp (2019). Embora tenham sido desenvolvidos no mesmo ambiente de trabalho de seus autores, não é possível assegurar que esses estudos enfrentaram obstáculos maiores ou menores em relação aos demais considerados neste artigo. Contudo, as dissertações aqui reunidas foram aquelas que contaram com um maior número e variedade de sujeitos participantes da pesquisa (professores, familiares, direção, estudantes surdos e ouvintes, líderes locais da comunidade surda).

Fontes de informação privilegiadas nesses estudos, os professores revelaram aos nossos pesquisadores os desafios de ensinar história para surdos: 1. falta de informação por parte da escola ou da rede de ensino sobre o perfil dos alunos que iriam atender; 2. deficiência em sua formação inicial para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especializadas; 3. carência na oferta ou indisponibilidade para realização de cursos de formação continuada; e, 4. ausência ou tensões com a presença de intérpretes. Além desses desafios, podemos acrescentar outros, observados pelos nossos autores nas práticas pedagógicas de seus informantes, como: 5. o desconhecimento da cultura surda; 6. a ausência de planejamento específico para os estudantes surdos; 7. o uso de materiais pedagógicos que desconsideram a história dos

surdos; 8. a resistência de professores quanto à inclusão da história dos surdos em seus conteúdos; 9. a manutenção de aulas expositivas tradicionais.

Por sua vez, os estudantes surdos também relatam seus desafios para aprender História: 1. compreender aquilo que o professor fala ou escreve no quadro; e, 2. dificuldade do/a professor/a em conectar-se com eles/as. Tais obstáculos revelam apenas um aspecto das dificuldades encontradas no processo de inclusão desses/as estudantes. Antes mesmo de conseguirem acessar as salas de aula, pais e responsáveis enfrentam problemas ainda maiores. Na fala de alguns destes sujeitos, nossos pesquisadores observaram a complexidade de um processo que envolve denúncias junto ao Ministério Público para obtenção de professores, intérpretes e uma estrutura mínima que possa satisfazer as necessidades de seus filhos e filhas.

Embora a presença surda possa “colocar os professores e a comunidade escolar em condições de (re)pensar nossas práticas e atitudes” (PEREIRA, 2015, p. 67), é preciso conferir a estes sujeitos “oportunidades linguísticas e metodológicas” para que, deste modo, possam correlacionar aquilo que lhes é exposto com seus conhecimentos prévios (PADOVANI NETTO, 2018). Talvez assim, o estudante surdo consiga superar a ideia de “aprender parcialmente os conteúdos”, projetando-se, inclusive, como um sujeito histórico (PEREIRA, 2015).

Entre as propostas aventadas para superar alguns dos obstáculos do ensino de História, os pesquisadores aqui elencados apropriaram-se dos aportes teóricos da Pedagogia Visual, também conhecida como Pedagogia Surda, bem como dos pressupostos do Bilinguismo. Desse modo, recorreram a estratégias que buscavam valorizar a Libras e o Português escrito, bem como aos recursos imagéticos e a utilização de classificadores para a elaboração mental de conceitos pelos surdos.

Em que pese a relevância dessas estratégias, vale a pena destacar alguns dos resultados obtidos por Stipp (2019), os quais frustraram suas hipóteses iniciais, tais como: a expectativa de que os surdos teriam maior acuidade visual que os ouvintes; e, a de que seria possível “traduzir” os conhecimentos relativos a determinadas imagens. Por exemplo, ao analisar a famosa obra de Victor Meirelles, *Primeira missa no Brasil*, de 1860, o pesquisador percebeu que estudantes ouvintes e surdos tendiam a valorizar elementos completamente distintos. Para o autor, o trabalho pedagógico desenvolvido a partir de

imagens revela a necessidade de entendermos as diferentes percepções e convenções do universo da cultura surda.

b) Observadores

Nesta categoria, inserimos as dissertações de Cunha (2018), Oliveira (2018), Perales (2018), Silva (2020) e Lameirão (2020). As pesquisadoras e o pesquisador aqui elencados desenvolveram seus estudos em instituições diferentes das quais atuavam profissionalmente. Se por um lado tiveram dificuldade com a obtenção de informantes, por outro, realizaram uma observação mais acurada acerca das realidades investigadas e, em alguns casos, conseguiram efetuar intervenções.

Os desafios do ensino de História apresentados nas narrativas dos professores (sujeitos investigados nas pesquisas em foco) pouco se diferem daqueles já mencionados anteriormente: comunicação, formação e infraestrutura são alguns exemplos. Entretanto, a proximidade entre os observadores e seus informantes, entre os quais também podemos incluir intérpretes, revelou-se como um espaço de formação continuada para ambas as partes.

Ao realizar uma pesquisa colaborativa com uma professora de História da rede estadual de Natal-RN, Perales (2018) promoveu sessões formativas que envolveram leitura e discussão de textos acadêmicos de forma a contribuir com uma autorreflexão das práticas pedagógicas desenvolvidas pela informante. Inicialmente, Perales (2018) destacou a dificuldade de sua colaboradora em perceber o lugar do surdo nas aulas de História em turmas regulares. Apesar da sensibilidade em relação a esses alunos, a colaboradora os compreendia como estudantes que possuíam “problemas” e, portanto, necessitavam de intérpretes. Após as sessões reflexivas, observou-se que a professora colaboradora conseguiu se apropriar dos materiais estudados, analisando e revendo suas próprias práticas teóricas e metodológicas.

Outro exemplo interessante pode ser localizado no trabalho de Cunha (2018). Ao descrever os processos de ensino de História para surdos em uma turma de 7º ano de uma escola bilíngue de turno integral em um município da região sul do Rio Grande do Sul, a autora se deparou com uma realidade excepcional. Nela, os problemas iniciais que todo professor de surdo parece enfrentar logo foram superados pelo apoio da escola, com a oferta de um curso de formação técnica em Libras, além da boa acolhida dos intérpretes. Isso

contribuiu para que a professora, informante da pesquisa, passasse a planejar suas aulas considerando esse público, elaborando materiais e incluindo o surdo nos conteúdos de suas aulas.

Em suas observações, Cunha (2018) notou uma prática que se assemelhava ao bimodalismo, pois, mesmo com a presença de intérprete em sala de aula, a professora de História buscava sinalizar, além de trabalhar conteúdos de maneira expositiva. Logo ficou evidente que “o conteúdo de História era importante, mas não determinante” para o processo de aprendizagem dos estudantes, surdos e ouvintes (CUNHA, 2018, p. 50). A metodologia da professora, informante do estudo, consistia na apresentação da palavra, do sinal, do conceito e, quando necessário, das imagens. Apesar disso, quando alguns termos não eram conhecidos, a professora estimulava a criação de sinais para uso em sala de aula. Ademais, suas avaliações eram sinalizadas, procedimento importante para a educação de surdos. Sua tentativa era aproximar-se da realidade de todos os estudantes.

Mesmo em uma instituição em que a cultura surda é valorizada pelos professores e equipe pedagógica, ainda assim, alguns desafios são impostos para a educação escolar desse público, como: a aprendizagem da Libras e o uso do português escrito, bem como a necessidade de desconstrução de estereótipos assumidos pelos próprios estudantes surdos, como as de que são “burros” ou não conseguem aprender (CUNHA, 2018). Essas são algumas questões que demonstram a negligência histórica a que o povo surdo foi submetido e que, portanto, precisa ser superada.

Como dissemos, essa foi uma realidade excepcional encontrada por uma de nossas pesquisadoras-observadoras. O mais comum, ao contrário, eram ambientes onde predominava tensão entre as relações estabelecidas por professores, intérpretes e a escola. Esse foi o caso da pesquisa desenvolvida por Oliveira (2018). Ao acompanhar professoras e intérpretes de escolas públicas estaduais no município de Criciúma-SC, a autora notou que parte das suas informantes desconheciam o trabalho que deveria ser executado pelos intérpretes. Estes, por sua vez, compreendiam sua função como a de “repassar conteúdos”, intermediando a comunicação e, no máximo, contribuindo com a socialização do estudante surdo. Mesmo conscientes da importância do seu trabalho, os intérpretes acompanhados por Oliveira (2018) evidenciaram o

sentimento de exclusão, desvalorização e, mesmo, desconfiança por membros da equipe pedagógica.

Os últimos estudos reunidos nesta categoria revelam a tentativa de conceder voz a professores e pessoas surdas. No primeiro caso, ao investigar escolas inclusivas da região sul fluminense, Silva (2020) buscou compreender os desafios vivenciados por professores e, a partir da realidade desses sujeitos, propôs a construção de um material didático que, inspirado na Pedagogia Visual, torna possível a análise de charges sobre o Brasil da Primeira República. Com essa mesma abordagem, Lameirão (2020) efetuou entrevistas com 14 pessoas surdas que já haviam concluído o Ensino Médio, estavam cursando ou já haviam concluído uma graduação. Esse estudo teve o mérito de reunir memórias da trajetória escolar de pessoas surdas de diferentes regiões do país, além de vislumbrar a possibilidade de um ensino de História baseado em imagens.

c) Construtores de material didático

Esta categoria engloba os trabalhos de Mattos (2016) e Silva (2021) que, embora reflitam sobre os problemas do ensino de História para a educação de surdos, não efetuam uma pesquisa de campo consubstanciada na coleta e análise de dados como os estudos apontados anteriormente. Enquanto o primeiro resulta na construção de uma sequência didática voltada para o ensino do tempo histórico para surdos, o segundo traz a produção de um jogo de tabuleiro. Intitulado “Lanceiros negros e o seu papel na formação histórica do Rio Grande do Sul”, o jogo tem como inspiração elementos da História Local.

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os estudos aqui elencados revelam que, de maneira geral, as dificuldades de aprendizagem dos surdos são decorrentes não de sua especificidade, mas, principalmente, da ausência de modelos pedagógicos apropriados a suas necessidades (PADOVANI NETTO, 2018; PERALES, 2018; SILVA, 2020). Quando tais condições são satisfeitas, é possível notar a ocorrência do letramento histórico (PEREIRA, 2015; MATTOS, 2016; SANTOS, 2018; CUNHA, 2018). Portanto, torna-se imprescindível refletir sobre o papel do professor, do tradutor e do intérprete de Libras, profissionais capazes de promover um

ensino de História inclusivo, sobretudo nas instituições em que o espaço é compartilhado por estudantes surdos e ouvintes (QUADROS, 2019).

De acordo com Quadros (2019), professores surdos são fundamentais na educação de outros surdos. Sua presença no ambiente escolar confere-lhes o papel de “falantes de referência” cuja representação é importante na vida de crianças e da comunidade surda. Na ausência desses profissionais, considera-se adequada a presença de professores bilíngues, o que também representa a “possibilidade de pessoas ouvintes acessarem a Libras” (QUADROS, 2019, p. 168). Todavia, essa não foi a realidade observada na maioria das escolas investigadas pelos nossos pesquisadores e pesquisadoras. A maior parte dos professores e professoras, informantes dos estudos analisados, era ouvinte e não dominava a língua de sinais e, mais grave, demonstrava não conhecer a comunidade surda, suas histórias e cultura.

Embora tradutores e intérpretes sejam profissionais com características específicas, os profissionais dessas áreas, consultados nas dissertações, atuavam de maneira improvisada, muitas vezes confundindo esses papéis. Enquanto o tradutor necessita de um estudo prévio dos materiais pedagógicos a serem empregados em sala de aula, o intérprete deve atuar simultaneamente às exposições orais, efetuando, de maneira síncrona, a interpretação da língua portuguesa para a Libras ou vice-versa (QUADROS, 2019). Atuando ora como tradutores, ora como intérpretes, os informantes “tradutores/intérpretes” demonstravam não conhecer bem as peculiaridades de cada função. Talvez por isso as relações estabelecidas com professores tenham se mostrado, por vezes, conflituosa.

De toda forma, a precariedade no atendimento educacional de surdos não deve recair somente sobre professores, tradutores e intérpretes. É preciso considerar que, a despeito dos avanços obtidos com a Lei de Libras, de 2002, e o Decreto 5.626, de 2005, muito ainda está por ser feito no campo da educação de surdos. O respeito e a valorização desses profissionais – consubstanciada em melhores condições de trabalho, salários dignos e assistência médica, por exemplo – é uma delas. No Brasil, ainda estamos aquém de uma situação ideal para o processo de inclusão, o que, sem dúvidas, prejudica a formação histórica de estudantes surdos.

Vale ressaltar que a imposição de leis e decretos, pura e simplesmente, não confere sua aplicabilidade. O desconhecimento de pesquisadores/as e

professores/as de História talvez seja uma das razões pelas quais o surdo não tenha sido eleito como um sujeito privilegiado de estudo e ensino. Seja por falhas no processo de formação inicial ou de formação continuada, o despreparo desses profissionais deve ser somado à cultura oralista, a mesma que invisibiliza o surdo e resulta em um número pequeno de produções acadêmicas. Contudo, as dissertações elencadas neste artigo apontam que pesquisadores/as e professores/as de História realmente se interessam pela cultura e povo surdos. O problema é que esse interesse só emerge quando em contato com situações específicas.

Com motivações surgidas “no calor do momento”, nossos autores e autoras conseguem refletir sobre os problemas da educação de surdos de uma maneira ampla, porém, apresentam dificuldades em correlacioná-la às especificidades da aprendizagem histórica. A impressão que suas pesquisas nos deixam é a de que os desafios que os professores e professoras de História enfrentam em seu trabalho com surdos são os mesmos que os profissionais de outras disciplinas encaram ao executar o ofício de ensinar. Isso fica evidenciado na desarticulação dos referenciais trazidos nos estudos. Citam-se autores afiliados à teoria da História ou ao Ensino de História que pouco ou nada dialogam com autores do campo da Educação Inclusiva ou dos Estudos Surdos.

Não obstante, algumas dissertações deixam-nos entrever estratégias metodológicas adequadas, por meio das quais é possível contribuir com o ensino de História para surdos. Nesse sentido, destacaram-se propostas que tinham no Bilinguismo e na Pedagogia Visual seus principais pressupostos. Vale ressaltar, no primeiro caso, que o surdo necessita da língua de sinais, para comunicação entre seus pares, e da língua portuguesa, para integrar-se com os ouvintes (SKLIAR, 2013a). No segundo caso, tendo em vista que a exposição de conteúdos em Libras é importante, mas não suficiente para a aprendizagem do surdo, é possível tomar a imagem como um elemento capaz de “evocar a compreensão de vários elementos de um determinado tempo histórico e, nesse sentido, evocar significados sem a presença de qualquer texto escrito” (LACERDA; SANTOS; CAETANO, 2013, p. 187).

Obviamente, todas essas estratégias devem sempre considerar o universo da cultura surda, pois, como demonstrou Stipp (2019), surdos e ouvintes tendem a valorizar diferentes aspectos de uma mesma representação visual. Para Strobel (2016, p. 29), a cultura surda é “o jeito de o sujeito surdo entender o

mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas”. Assim, cabe-nos valorizar a heterogeneidade de sujeitos, trajetórias de vida, memórias e histórias que se reúnem em uma sala de aula, buscando entender que, mesmo sendo resultado de um árduo trabalho intelectual, nossas práticas pedagógicas podem ser falíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivamos refletir sobre o Ensino de História e a Educação de Surdos buscando mapear seu estado da arte. Para tanto, selecionamos onze (11) dissertações em bancos de dados com livre acesso. Os trabalhos selecionados revelaram um movimento bastante recente de aproximação entre dois importantes campos de estudo e pesquisa, bem como assinalaram as dificuldades no processo de ensino-aprendizagem de História para surdos.

As dissertações foram classificadas em três categorias: a primeira com ênfase em investigações desenvolvidas por pesquisadores em seu lócus de atuação profissional, por isso denominada categoria de *professores*; a segunda com estudos produzidos em ambientes diferentes daqueles em que atuavam suas autoras e autores, por isso denominada categoria de *observadores*; e, finalmente, a categoria de *construtores de materiais didáticos*, já que seus autores não desenvolveram uma pesquisa consubstanciada na coleta e análise de dados.

As dissertações aqui analisadas enfatizaram, sobretudo, os desafios com os quais professores de História lidam para atender adequadamente aos estudantes surdos inseridos em classes regulares. Em que pese a relevância dessas pesquisas, as quais também trouxeram interessantes propostas para que professores de História possam aperfeiçoar suas aulas em ambientes de inclusão, percebemos que ainda há muitas questões a serem refletidas e situações a serem modificadas. Entender como são estabelecidas as relações entre professores, tradutores e intérpretes de língua de sinais (TILS) para, em seguida, propor estratégias de parceria, seria um bom exemplo.

Contudo, tendo em vista o lugar de fala de cada pesquisador e pesquisadora considerados neste artigo, a maioria professor e professora atuantes, o sujeito mais interessado no processo de ensino-aprendizagem, uma vez mais,

ficou sem voz: o estudante surdo. O que pensam os surdos acerca da disciplina História? Qual a importância atribuída a essa disciplina? Quais as suas carências de orientação no tempo (e como são satisfeitas)? Como a sua consciência histórica é construída?

Ressalto que as iniciativas aqui analisadas são todas importantes, na medida em que partem das inquietações de diferentes professores interessados pela cultura surda, e extremamente válidas, sobretudo, se considerarmos uma seara tão escassa de pesquisas. Porém, não podemos deixar morrer iniciativas como as de Verri e Alegro (2006), com seu estudo sobre a aprendizagem significativa de História para surdos. Se quisermos avançar em propostas de ensino de História inclusivas, por meio das quais o surdo possa se reconhecer, fortalecer, construir ou reconstruir sua identidade, necessitamos, urgentemente, conferir voz a esse sujeito. Algumas propostas foram colocadas, mas os esforços precisam continuar. O Ensino de História precisa ampliar seus horizontes para incluir o povo surdo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fábio de Souza; CAMARGO, Eder Pires de. Educação para os surdos no Brasil: desafios e perspectivas para o novo milênio. In: LIPPE, Eliza Marcia Oliveira; ALVES, Fábio de Souza (orgs.). *Educação para os surdos no Brasil: desafios e perspectivas para o novo milênio*. Curitiba: CRV, 2014, p. 13-24.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Abordagens históricas sobre a história escolar. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 83-104, jan./abr. 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 02 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Lei 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 02 set. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação; Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. *Lei 14.191, de 03 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 02 set. 2021.

- CERRI, Luis Fernando; PENNA, Fernando de Araújo. Uma escola, cem partidos: a multiplicidade de posições político-econômicas entre estudantes em um estudo quantitativo. *História & Ensino*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 8-28, jul./dez. 2020.
- CUNHA, Bianca Langhinrichs. *O ensino de história em uma escola bilíngue para surdos como ponto de partida para a descrição de um cenário*. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/8822>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- HOHENDORFF, Jean Von. Como escrever um artigo de revisão de literatura. In: KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von. (orgs.). *Manual de produção científica*. Porto Alegre: Penso, 2014, p. 39-54.
- HONORA, Márcia. *Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2014.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, mai./ago. 2006.
- LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; CAETANO, Juliana Fonseca. Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos. In: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos (orgs.). *Tenho um aluno surdo, e agora?* São Carlos: EDUFScar, 2013, p. 185-200.
- LAMEIRÃO, Tuanny Dantas. *Imagens, Ensino de História e Surdez: como a História é vista nas imagens históricas pelos surdos*. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11134683. Acesso em: 07 abr. 2022.
- LIMA, Camila Machado de. *Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.
- LIMA, Zélia Nascimento; TEIXEIRA, Elen Cristina de Moura. O ensino de História e Geografia para pessoas surdas: perspectivas atuais. In: LIPPE, Eliza Marcia Oliveira; ALVES, Fábio de Souza (orgs.). *Educação para os surdos no Brasil: desafios e perspectivas para o novo milênio*. Curitiba: CRV, 2014, p. 177-192.
- MATTOS, Camilla Oliveira. *Sinais do tempo: construção de significados de tempo histórico em Libras para alunos surdos em uma perspectiva de letramento em História*. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/4284>. Acesso em: 07 abr. 2022.

- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Rev. Bras. Educ.*, v. 11, n. 33, p. 387-405 set./dez. 2006.
- OLIVEIRA, Bruna Corrêa de. *Ensino de História e estudantes surdos: concepções das professoras e intérpretes em duas escolas públicas de Criciúma*. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7304690. Acesso em: 15 maio 2022.
- PACIEVITCH, Caroline; PEREIRA, Nilton Mullet. Linhas de criação em uma aula de história: o paradoxo do pensamento diante do dispositivo de banalização. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 47, e226080, 2021.
- PADOVANI NETTO, Ernesto. *Ensino de História para diferentes sujeitos: o acesso de alunos surdos às aulas de História*. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, PA, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7102586. Acesso em: 15 maio 2022
- PERALES, Heloisa Lima. *Práticas pedagógicas do professor de História de ensino médio em turma regular com a presença de aluno surdo*. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25803>. Acesso em: 07 abr. 2022.
- PEREIRA, Alex Sandrelanio dos Santos. *Cultura e educação Sociocomunitária: uma perspectiva para o ensino de história e surdez*. 2015. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Americana, SP, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3039185. Acesso em: 15 maio 2022.
- PINA, Max Lanio Martins; SILVA, Janaína Bernardes. As concepções de professores do Ensino Fundamental II sobre a Idade Média: uma análise sob a ótica da Educação Histórica. *História & Ensino*, Londrina, v. 23, n. 2, p. 109-131, jul./dez. 2017.
- QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- QUADROS, Ronice Müller de. *Libras*. São Paulo: Parábola, 2019. (Linguística para o ensino superior, 5).
- REIS, Aaron Sena Cerqueira; SILVA, Joilson Pereira da. Consciência histórica e representações sociais: um estudo acerca das percepções de jovens estudantes sobre o Brasil. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 47, e226702, 2021.

- RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *História da Historiografia*, n. 2, p. 163-209, mar. 2009.
- RÜSEN, Jörn. *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Tradução Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SANTOS, Paulo José Assumpção dos. *Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas*. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6990788. Acesso em: 07 abr. 2022.
- SILVA, Laionel Mattos. *Ensino de História para surdos: Porongos, vamos jogar?* 2021. 95 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11293435. Acesso em: 15 maio 2022.
- SILVA, Márcia Barbosa. *Representação de homossexuais nos livros didáticos de História*. Aracaju: Edise, 2016.
- SILVA, Maria de Fátima Barbosa da. Livro didático de História: representações do “índio” e contribuições para a alteridade. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 151-168, 2012.
- SILVA, Paulo Roberto Martins da. *Ensinando História para educandos surdos em uma escola inclusiva: um ensino possível*. 2020. 296 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10218380. Acesso em: 15 maio 2022.
- SKLIAR, Carlos. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.
- SKLIAR, Carlos. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. In: SKLIAR, Carlos. (org.). *Educação & exclusão: abordagens socioantropológicas em educação especial*. 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2013a, p. 97-140.
- SOUZA, Sidnei Marinho de; SIMAN, Lana Mara de Castro. A(s) cultura(s) africana(s) em livro didático de história para o ensino médio. *E-hum: Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte*, v. 10, n. 1, jan./jul. 2017.
- SPERB, Carolina Comerlato; THOMA, Adriana da Silva. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação de surdos. *Textura*, Canoas, n. 25 p. 52-66, jan./jun. 2012.

- STIPP, Paulo Eduardo de Mattos. *A história muda: o uso de imagens no ensino de História para surdos*. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalho-Conclusionao/viewTrabalhoConclusionao.jsf?popup=true&id_trabalho=7673913. Acesso em: 07 abr. 2022.
- STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. 4ª ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2016.
- VERRI, Célia Regina; ALEGRO, Regina Célia. Anotações sobre o processo de ensino e aprendizagem de História para alunos surdos. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, n. 2 p. 97-114, 2006.



Artigo submetido em 2 de junho de 2022.
Aprovado em 24 de novembro de 2022.